

COMUNICADO

Encaminha-se material teórico pedagógico para a formação durante o período de estudo, previsto no Projeto Pedagógico do Curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA IV. Esse momento é de extrema importância, pois é destinado ao aprimoramento das práticas pedagógicas do corpo docente, assegurando momentos para estudo, análise, reflexão e planejamento de ações que visem à superação dos desafios apresentados na rotina escolar.

Nos dias destinados aos períodos de estudos deve-se assegurar atividades compartilhadas entre todos os profissionais envolvidos na Educação de Jovens e Adultos, por meio de estudos, oficinas, elaboração de projetos e/ou sequências didáticas, trocas de experiências, entre outros. Nessas atividades faz-se necessária a abordagem dos temas interdisciplinaridade, avaliação, evasão escolar e outros de interesse da comunidade escolar.

A Coordenadoria de Políticas para Educação Básica/SUPED/SED coloca-se à disposição, para outros esclarecimentos, pelo telefone (67) 3318-2330.

Atenciosamente,

Anexo n. 1

Conforme o educador Paulo Freire, só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem do mundo, com o mundo e com os outros. Nesse sentido, entende-se que a educação passa diretamente pela esperança e, principalmente, quando se pensa em Educação de Jovens e Adultos assume-se a responsabilidade do resgate dessa esperança junto aos estudantes, uma vez que a maioria deles possui um histórico de baixa autoestima.

Sob esse prisma, o papel do coordenador ao apresentar essa proposta ao professor é mostrar que ele é o instrumento primordial para vir à tona essa alegria por aprender, que insiste em ficar escondida onde o aluno não consegue mais enxergar. O professor tem que possuir o dom de buscar o diferencial no seu estudante, trabalhar com o seu conhecimento de mundo, ensinar a partir do que o estudante traz, por meio da sua realidade.

Não se pretende, aqui, dar ao professor receitas prontas de como ensinar, apenas motivá-los para que tenham um olhar diferenciado e atento ao aluno da Educação de Jovens e Adultos. De acordo com o Projeto da EJA IV / Conectando Saberes, a

metodologia utilizada pelos docentes e acompanhada pelo coordenador pedagógico deverá apresentar as seguintes características:

a) os pilares de uma aprendizagem significativa pressupõem a promoção do conhecimento e a superação dos desafios. Assim, o estudante da Educação de Jovens e Adultos deve ser visto como sujeito de direitos que possui conhecimentos pessoais e ricas experiências, sendo necessário a aproximação do conhecimento científico as suas experiências, pois é o agente ativo no processo de aprendizagem;

b) é sabido que o conhecimento não ocorre de maneira uniforme, mas na rede de relações que estabelece entre o objeto a ser apreendido e os demais objetos e, ainda, acontecimentos que o cercam. Em outras palavras, essa relação articula-se em redes, construídas social e individualmente, estabelecendo conexões entre os diferentes contextos;

c) o público da educação de jovens e adultos é parte de uma demanda peculiar, com características específicas; por isso, deve-se reconhecer a diversidade e buscar formas de acolhimento, no intuito de evitar o fracasso escolar e a evasão. Sob essa óptica, o acolhimento dos(as) estudantes da educação de jovens e adultos deve ser uma prática constante, pois contribui para a construção e o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos(as) estudantes ao ambiente escolar. As atividades de acolhimento desenvolvidas com os(as) estudantes devem envolver tanto os aspectos de valorização do conhecimento, como as formas de expressão de cada um, o processo de socialização, a realidade sociocultural e a jornada de trabalho;

d) sendo a aprendizagem um complexo processo de construção, modificação e reorganização dos saberes sistematizados, deverá ser garantido ao(a) estudante momentos para internalizar e interpretar os novos conteúdos, considerando o momento da escolaridade em que cada um encontra-se, as experiências vividas, os conhecimentos construídos anteriormente e a forma de pensamento que dispõe. Dessa forma, os erros cometidos durante o processo de aprendizagem deverão ser interpretados como hipóteses e servirem para redimensionar e ajustar as ações pedagógicas do(a) professor(a). É importante ressaltar que a interação entre o docente e os(as) estudantes proporciona a circulação de informações, a troca de experiências, a tomada de decisões e contribui para que o objeto a ser aprendido tenha características socioculturais reais, para que ocorra uma situação de aprendizagem eficaz, na qual os conteúdos escolares apresentem uma significação e um sentido;

e) é necessário romper a preconceituosa barreira que separa os saberes, que supervaloriza os saberes escolarizados em detrimento dos saberes construídos ao longo da vida, como se o saber popular não fosse válido, verdadeiro. Os(as) estudantes não vislumbram o seu conhecimento como algo legítimo, pois acreditam que a aprendizagem só

ocorre pela transmissão de informações. Porém, o saber popular deve servir de ponto de partida para a aquisição de outros saberes. Nessa perspectiva, os conhecimentos complementam-se;

f) ao pensar na formação de sujeitos de direito, é necessário entender que a educação não é neutra e, por isso, deve possuir um caráter formador, isto é, ao optar pela transformação da realidade deverá ser problematizadora, criativa e reflexiva, contribuindo para que o(a) estudante passe da consciência ingênua à crítica, desvelando os instrumentos de controle social e, ainda, oportunizando ao cidadão assumir o compromisso de atuar sobre a transformação social;

g) pensar avaliação, no contexto escolar, como elemento integrante da proposta, direciona a tomada de decisões, o planejamento e demais ações pedagógicas, com o objetivo de aprimorar, alinhar e redimensionar o processo de aprendizagem.

O coordenador, ao passar as orientações para o seu professor, deve deixar claro o seu papel de orientador e questionador da metodologia utilizada em sala de aula e acompanhar os resultados, primando sempre pela aprendizagem significativa dos estudantes. Sendo assim, com a função de articulador das funções pedagógicas da escola, o coordenador tem o papel de orientar os professores para uma educação na qual os estudantes sejam os agentes do seu próprio destino.

Para essa formação, nos concentraremos nas discussões sobre Avaliação, Interdisciplinaridade e Evasão Escolar. Teremos dois dias de estudo: no primeiro dia sobre Avaliação e no segundo dia sobre Interdisciplinaridade e Evasão Escolar.

Anexo n. 02

A avaliação da aprendizagem é um recurso do(a) professor(a) para auxiliar o(a) estudante da Educação de Jovens e Adultos na autoconstrução do seu modo de estar na vida por meio de aprendizagens bem sucedidas. Também subsidia o(a) educador(a) em sua prática pedagógica, pois lhe permite verificar a eficácia, ou não, de seus atos e dos recursos utilizados.

Sob essa óptica, a avaliação deve direcionar a prática pedagógica para o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, o que constitui novos desafios à escola no que se refere ao seu papel para o desenvolvimento do currículo.

As reflexões sobre a avaliação, nesse contexto, devem levar em consideração algumas características da avaliação que podem auxiliar o(a) professor(a) na tarefa de avaliar. É preciso que os conhecimentos requeridos para desenvolver as habilidades

apresentem uma lógica que considere a idade e o desenvolvimento cognitivo do(a) estudante da Educação de Jovens e Adultos.

A avaliação, inserida no processo educativo, deve possuir caráter:

a) diagnóstica – utilizada para averiguar a aprendizagem dos conteúdos propostos e os conteúdos anteriores que servem como base para criar um diagnóstico das dificuldades futuras, permitindo, então, resolver situações presentes. Nesse sentido, a avaliação, tida como diagnóstica, objetiva investigar os conhecimentos anteriormente adquiridos pelo(a) estudante, propiciando, assim, assimilar conteúdos presentes que são partilhados no processo de ensino e de aprendizagem. O seu principal foco não é voltado à nota, mas sim um diagnóstico para compreender o processo da produção do conhecimento. Constitui, em conformidade com Gil (2006, p.24), um:

Levantamento das capacidades dos(as) estudantes em relação aos conteúdos a serem abordados; com essa avaliação buscam-se identificar as aptidões iniciais, necessidades e interesses dos(as) estudantes com vistas a determinar os conteúdos e as estratégias de ensino mais adequadas.

b) processual – prática de avaliação contínua que objetiva desenvolver as aprendizagens, oportunizando localizar as dificuldades encontradas no processo de assimilação e produção do conhecimento, possibilitando ao(a) professor(a) correção e recuperação. De acordo com Cardinet (1986, p. 14), a avaliação processual visa orientar o(a) estudante quanto ao trabalho escolar, procurando localizar as suas dificuldades para ajudá-lo a descobrir os processos que lhe permitirão progredir na sua aprendizagem. Caracteriza-se por ser informativa, à medida que informa o(a) professor(a) dos efeitos reais de sua intervenção pedagógica, possibilitando que ele regule sua ação a partir disso. O(a) estudante percebe onde está, toma consciência das dificuldades que encontra e pode tornar-se capaz de reconhecer e corrigir seus próprios erros. A continuidade é outra característica da avaliação, que deve estar inscrita no centro do processo educativo, formativo, proporcionando uma articulação mais eficaz e constante entre coleta de informações e ação remediadora. Observa-se que a avaliação formativa não é estática e sim um processo cíclico e contínuo de análise e ação. Essas colocações ampliam as perspectivas de entendimento da avaliação processual, contribuindo para o entendimento de uma avaliação sem finalidade seletiva, agregada ao processo de formação, visando aos docentes e discentes redefinir prioridades e ajuste de estratégias.

c) somativa – tem a função de detectar o nível de rendimento, realizando um balanço geral, ao final de um período de aprendizagem, podendo classificar de acordo com o nível de aprendizagem. É caracterizada por ser uma avaliação pontual, que geralmente ocorre no final do curso, de um componente curricular, ou de uma escola, objetivando

determinar o alcance dos objetivos previamente estabelecidos. Visa elaborar um balanço somatório de uma ou várias sequências de um trabalho de formação e pode ser realizada num processo cumulativo, quando esse balanço final leva em consideração vários balanços parciais.

Cabe ressaltar que a avaliação somativa não é superior às avaliações diagnóstica e processual, pois todas devem estar vinculadas durante o processo avaliativo, para garantir a eficiência do sistema de avaliação e a excelência do processo. É importante frisar que a avaliação processual não exclui as demais formas de avaliação, cabendo ao(a) professor(a) apropriar-se de vários instrumentos avaliativos, ou seja, várias formas de avaliar, dando especial atenção ao grau de complexidade dos instrumentos que devem estar de acordo com o nível de entendimento dos(as) estudantes nas diferentes etapas de escolarização e, também, propondo instrumentos com as habilidades que foram estimuladas ao longo do período para que os(as) estudantes autoavaliem-se quanto ao domínio de tais habilidades.

Dessa forma, a avaliação exige sensibilidade na sua realização, considerando sua dimensão subjetiva, que lida com o humano e, também, por isso, constitui-se um grande desafio para a escola e para os(as) educadores(as). Assim, a escola deve demonstrar, em todas as suas atividades, esse cuidado com a avaliação e suas relações com as demais instâncias do processo educativo, buscando produzir coerência entre o que se ensina, o que se faz, e o modo como se avalia. É importante que a escola redefina e analise o modelo de avaliação utilizada em seu cotidiano, bem como o seu papel frente a essa dinâmica, que deve ser entendida como coletiva.

Nos dias atuais, ainda é possível encontrar no cotidiano escolar práticas avaliativas que não atendem às exigências da educação do contexto contemporâneo. Logo, um olhar hodierno sobre o ato de avaliar deve considerar a avaliação como constitutiva, estando presente em todos os momentos da construção do processo de aprendizagem e não somente nas etapas finais desse processo, que deve ser coerente com a proposta pedagógica e com a metodologia utilizada pelo(a) professor(a), dentro das condições reais de produção dos saberes com a realidade e as condições de existência dos(as) estudantes.

Em virtude dos fatos mencionados, é inadmissível uma prática avaliativa em que os(as) estudantes sejam submetidos a uma única oportunidade de aferição. Assim, há necessidade de utilizar variados instrumentos avaliativos, a fim de averiguar os avanços dos(as) estudantes, permitindo-lhes um processo avaliativo processual capaz de mensurar, com clareza e justiça, o progresso obtido pelos(as) estudantes.

Devemos, então, considerar os diversos desafios referentes ao ato de avaliar dentro do processo educacional que exigem do(a) professor(a), que atua na educação de

jovens e adultos, uma postura de compromisso e responsabilidade, capaz de propiciar ao estudante a oportunidade de tornar-se protagonista neste processo. Isso requer que seja estabelecida, pelo(a) professor(a), uma relação entre a metodologia adotada para o desenvolvimento das aulas e uma avaliação coerente com o desenvolvimento das habilidades desejadas, com os conhecimentos requeridos e com as ações, efetivamente, realizadas no processo, objetivando que o aproveitamento escolar não seja apenas analisado pela aprovação ou reprovação do(a) estudante, mas que seja direcionado para o pleno desenvolvimento da aprendizagem.

Portanto, deve ser estabelecida, na avaliação, uma relação dialética em que(a) estudante da Educação de Jovens e Adultos confronta-se com o objeto do conhecimento que o levará à participação ativa, valorizando o fazer e o refletir. Assim, o erro no processo de ensino e aprendizagem assume caráter mediador, permitindo, tanto ao(a) estudante quanto ao(a) educador(a), rever os caminhos para compreender e agir sobre o conhecimento, configurando-se em um ponto de partida para o avanço na investigação e suporte para a internalização dos conhecimentos.

Os instrumentos avaliativos devem ser contextualizados, capazes de explorar a capacidade de leitura e escrita, propondo questões operatórias, e não transitórias. Ao elaborar um instrumento avaliativo, é necessário definir os objetivos e as habilidades pretendidas, verificar qual instrumento é mais apropriado para aquele momento e quais os critérios que serão utilizados. Cabem, neste momento, os seguintes questionamentos a fim de direcionar o trabalho pedagógico do(a) professor(a) – O que será avaliado? O que é fundamental que meu(minha) estudante da Educação de Jovens e Adultos saiba? Qual instrumento permite-me melhor averiguar a aprendizagem dos(as) meus(minhas) estudantes? O instrumento atinge os vários níveis de aprendizagem dos(as) meus(minhas) estudantes? Quais os objetivos que tracei para o módulo? Como eles foram trabalhados? Os critérios contemplam proposta curricular?

Por fim, para que o processo avaliativo seja vivenciado com naturalidade pelos(as) estudantes e professores(as) da Educação de Jovens e Adultos é importante que os instrumentos avaliativos não sejam utilizados para demonstrar poder ou coagir os(s) estudantes, pois são meios que conduzem os(as) professores(as) a uma reflexão, isto é, uma oportunidade de repensar a prática, buscando, sempre, adequá-las às necessidades apresentadas, garantindo, assim, a aprendizagem dos(as) estudantes.

<http://goo.gl/u3iJH>

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E ÉTICA

Cipriano Carlos Luckesi

<http://goo.gl/eFvVVx>

AVANÇOS NAS CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DA AVALIAÇÃO

Jussara Hoffmann

<http://goo.gl/KMswgF>

EVASÃO ESCOLAR: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS.

Márcia Rodrigues Neves Ceratti

<http://goo.gl/umZRiy>

INTERDISCIPLINARIDADE: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Railda F. Alves;

Maria do Carmo E. Brasileiro;

Suerde M. de O. Brito.